



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 99, DE 2009

(Do Sr. Geraldo Resende e Outro)

Propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família, realize fiscalização com o auxílio do Tribunal de Contas da União, dos recursos da área de Saúde transferidos pelo Governo Federal para o município de Dourados nos anos de 2007, 2008 e 2009.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à apreciação interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhora Presidente,

Com fundamento nos artigos 70 e 71, da Constituição Federal, e nos artigos 60, I e II, e 61, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho que, ouvido o digno Plenário, esta Comissão realize fiscalização, com recurso à colaboração do Tribunal de Contas da União – TCU, nos recursos financeiros transferidos pelo Governo Federal, para a área de saúde, para o Município de Dourados, no Mato Grosso do Sul nos anos de 2007, 2008 e 2009.

JUSTIFICAÇÃO

Nas últimas semanas, a imprensa local em Mato Grosso do Sul, tem denunciado inúmeras irregularidades, deflagradas em virtude das operações *OWARI* e *BROTHERS* da Polícia Federal, com o cumprimento de 42 mandados de prisão contra políticos, funcionários públicos do primeiro e segundo escalão da prefeitura, além de empresários supostamente envolvidos em cooptação de servidores públicos na prática de suposto esquema para fraudar licitações públicas, acarretando o desvio de milhões de reais em recursos públicos de diversas áreas.

De acordo com as informações prestadas à imprensa local e regional pela polícia, há fortes indícios da formação de uma quadrilha que agia de forma voraz, em síntese, desviando para o bolso de poucos o dinheiro que deveria custear as ações públicas em benefício de muitos.

Pelos dados divulgados, a saúde era um dos nichos preferidos desse grupo que agia com desenvoltura assombrosa, fraudando licitações, corrompendo funcionários públicos, tratando a coisa pública como uma propriedade privada.

Os fatos vieram a público por meio dos jornais locais O ESTADO MS, de Campo Grande, CORREIO DO ESTADO e dos sites MIDIAMAX e CAMPO GRANDE NEWS.

De acordo com a polícia Federal as investigações tiveram início em 2007, em função de uma denúncia anônima, onde, com autorização judicial, foram feitas gravações telefônicas que comprovariam o tráfico de influência de pessoas com grande inserção na máquina administrativa, além de vereadores e secretários municipais, que contribuíam para realização de esquemas fraudulentos nas licitações da prefeitura.

O esquema de fraudes envolveria desde irregularidades em contratos de manutenção de veículos da prefeitura, inclusive os da Secretaria Municipal de Saúde, pagos com recursos do Fundo Municipal de Saúde, passando pela distribuição de medicamentos e equipamentos médico-hospitalares, realizados sem procedimento licitatório pela prefeitura, até o

arrendamento de um Hospital de um grande grupo empresarial, no valor de R\$ 100 mil reais mensais, onde hoje funciona o Hospital da Mulher de Dourados.

Após a prisão dos envolvidos diversas notícias foram veiculadas e a cada dia mais fatos novos aparecem necessitando de apuração.

A maior parte dos recursos desviados seriam recursos federais destinados à saúde e oriundos do Sistema Único de Saúde – SUS.

Segundo informações extra-oficiais, em reunião realizada no dia 15 de julho de 2009, o Conselho Municipal de Saúde deliberou a pedido do Fórum dos Trabalhadores em Saúde, pelo pedido de auditoria ao DENASUS nos recursos do Fundo Nacional de Saúde, recebidos pelo município nos últimos quatro anos.

Embora ainda não tenha sido publicada, a decisão do Conselho demonstra as mesmas preocupações que tenho com os recursos destinados à saúde do Município de Dourados.

Também divulgou no último dia 03, nota manifestando apoio ao Departamento de Polícia Federal, e cobrando providências dos órgãos competentes, o Comitê de Defesa Popular, fórum representante de mais de 30 entidades no estado.

Na qualidade de Deputado Federal, médico e membro desta comissão, tenho a obrigação de fiscalizar o bom uso do dinheiro público, recorrendo aos meios legais que comprovem que estes recursos estejam sendo utilizados para aquilo que originalmente foram destinados.

A sociedade Douradense espera que o Poder Legislativo cumpra o seu papel e fiscalize a aplicação desses recursos. É com esse raciocínio que apresentamos esta Proposta de Fiscalização e Controle – PFC, esperando contar com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Comissões, 04 de agosto de 2009.

GERALDO RESENDE

Deputado Federal – PMDB/MS

MARÇAL FILHO

Deputado Federal – PMDB/MS

FIM DO DOCUMENTO